

Melo Uchoa

Série Barra-Cordenses Ilustres

Notas Biobibliográficas



Pesquisa e Edição

Kissyán Castro

Copyright © 2019 by Kissyan Castro

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/1998).



Edições ABCL

Castro, Kissyan.

Melo Uchoa; Série Barra-Cordenses Ilustres; Notas Biobibliográficas/ pesquisa e edição de Kissyan Castro. Barra do Corda: Edições ABCL, 2019.

32p.

1. Biografia nacional 2. Biografia maranhense

I. Título

CDD 921

CDU 929:82

NÓTULA DO EDITOR

A “Série Barra-Cordenses Ilustres” é resultado de séria pesquisa, consulta recorrente a arquivos públicos e acervos particulares, estudo de material bibliográfico, incluindo-se livros, jornais e revistas, impressos ou digitalizados. Nasceu, portanto, da necessidade de se compor a história do município de Barra do Corda a partir das personalidades que mais influenciaram o seu desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Vem, pois, suprir considerável lacuna e favorecer a sociedade, sobretudo a classe estudantil, com informação ampla e sólida sobre os nossos principais vultos do passado, em formato simples, gratuito e para pronta consulta.

Kissyan Castro



Viola



SUMÁRIO

A ORIGEM/7
O FUNDADOR DE BARRA DO CORDA/8
O BANDEIRANTE/17
O PRECURSOR DO CUIDADO E
PROTEÇÃO AO ÍNDIO/19
O CATEQUISTA/20
O TOPÓGRAFO/22
OUTRAS ATIVIDADES/23
DECADÊNCIA E MORTE/24
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA/29
CRÉDITOS DAS IMAGENS/29
SOBRE O AUTOR/30

A ORIGEM

A PARTIR DE MEADOS do século XVIII, os Melo Uchoa, concentrados principalmente na então vila de Fortaleza, província do Ceará, destacar-se-iam não apenas no campo militar, mas sobretudo no jurídico e administrativo da Província.

Manoel Rodrigues de Melo Uchoa, nascido em Granja, descendeu de pais humildes, trabalhadores e bem relacionados. Bandeirante, topógrafo, desbravador e fundador, a 3 de maio de 1835, do povoado que deu origem à cidade de Barra do Corda. Tenente de 1ª Linha, participou ativamente da memorável Batalha de Jenipapo, uma das mais sangrentas já travadas pela Independência do Brasil, ocorrida no dia 13 de março de 1823, em Campo Maior, Estado do Piauí.

O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão, de 1859, p. 225, dá conta de que

neste ano Melo Uchoa contava 54 anos de idade, era vereador de Barra do Corda, casado, de numerosa família e pobre. Como as informações contidas na referida publicação correspondiam ao ano anterior, isto é, a 1858, presume-se que o natalício do intrépido fundador ocorrera por volta do ano 1804.

Casado com Hermínia Francisca Felizarda Rodrigues da Cunha, teve prole numerosa a qual o historiador Galeno Brandes assim a enumera: *Tarquínio Prisco de Melo Uchoa, Custódio Francisco de Melo Uchoa, Vitória Francisca de Melo Uchoa, Ruscol Francisco de Melo Uchoa, Altina Teresa de Melo Uchoa e Estael Clara de Melo Uchoa*.

O FUNDADOR DE BARRA DO CORDA

Sobre a fundação de Barra do Corda, contradiga-se, por oportuno, dois equívocos que a historiografia local acabou perpetuando: o primeiro refere-se à versão de que Melo Uchoa teria “descoberto” o local para a fundação de povoado, de vez que o *Publicador Oficial*, de 18 de maio de 1833, p.2, revela-nos a existência do “projeto de uma nova povoação na confluência dos rios Corda e Mearim, promovida por Antonio Lourenço da Silva e outros”, já com os “limites marcados”.

Segundo o historiador Galeno Brandes, em *Barra*

Dr. Joaquim Vieira da Silva e
Sousa, Presidente da Província do
Maranhão de 1832 a 1834.



do Corda na História do Maranhão, p.56, entre as autoridades avistadas por Melo Uchoa, em São Luís, estava o ex-presidente da província Joaquim Vieira da Silva e Sousa, o mesmo que emitira à Regência do Brasil, no Rio de Janeiro, o ofício com o referido projeto para a criação do povoado, fato este que não lhe passaria despercebido. Portanto, acreditamos que o lugar para a fundação do povoado que daria origem a Barra do Corda não ficou indeterminado nem a critério de Melo Uchoa, e que, quando aqui chegara, ostentando as credenciais do Governo, com plenos poderes para levar a efeito tal empreendimento, tinha em vista esse projeto que, devido às lutas políticas que ribombavam na capital e o clima de instabilidade que eclodira no

interior desde novembro de 1831, havia sido inevitavelmente protelado.

O segundo equívoco diz respeito à mais antiga designação toponímica de Barra do Corda e que atribui-se-lhe caráter incontestável, isto é, que “*seu primeiro nome foi Missão*” (Barra do Corda na História do Maranhão, p.83). No entanto, o Expediente do Governo, de 30 de outubro de 1844, registra:

“– Ao Exmo. Bispo desta Diocese. – Remeto à V. Exc.^a o incluso requerimento, em que o cidadão Manoel Rodrigues de Melo Uchoa mostra a conveniência de se estabelecer Missão no Mearim, no lugar denominado Barra da Corda, a fim de que V. Exc.^a se sirva de interpor o seu parecer a esse respeito” (Publicador Maranhense, S. Luís, 13.nov.1844). Grifo meu.

No dia 20 do referido mês e ano, o Publicador Maranhense fala-nos de um requerimento emitido por Melo Uchoa ao Inspetor do Tesouro Público Provincial, em que “*mostra a utilidade de se criar uma Missão na Barra do Rio da Corda, sobre o que já foi ouvido o Exmo. Prelado Diocesano, cujo parecer também se lhe remete, a fim de que Vmc. informe acerca de tal objeto*”, referindo-se decerto ao documento anterior. Vê-se, pelo exposto, que o lugar já era conhecido como “Barra do Rio da Corda” ou



Mapa de 1854, em que aparece a “Missão da Corda”

simplesmente “Barra da Corda” quando da fundação da “Missão”, que somente foi possível em 1845, passando a denominar-se “Missão do Rio da Corda” ou “Missão da Corda”.

O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” de documentação histórica manuscrita existente no exterior referente ao Brasil, sob a responsabilidade da Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, reúne algumas raridades que remetem ao nosso

Vossa Magestade e Alti.^{da} Procurador da Fazenda
Lr. 3 de Julho de 1805.

Senhor

Re & H. M.

Lape Carta de lei firmada em
prejuizo de terceiro. Lr. 23 de Julho
de 1805.

Vossa Magestade e Alti.^{da} Procurador da Coroa.
Lr. 15 de Julho de 1805.

Re & H. M.

Re & H. M.

Impressão

Est. justitia

M.



Dix. Anacleto Henriques.

Francisco que Governador Capp.^{am} General do Estado de
Maranhão, lhe concedeu em 1.^o de Junho de 1805, p.^o
dada e assinada, duas fidejussões de Barra de comprimento
chuma de largo, no sítio da Porquilha de Rio do
Couto, que faz Barra no do Marim, como consta
da carta Vinda, pp. q.^{ua} copia da Regia comp.
mação.

Concedido

H.

P. A. R. M. M.

al. Sua Magestade e Alti.^{da} Procurador da Coroa.

App. por R. 200

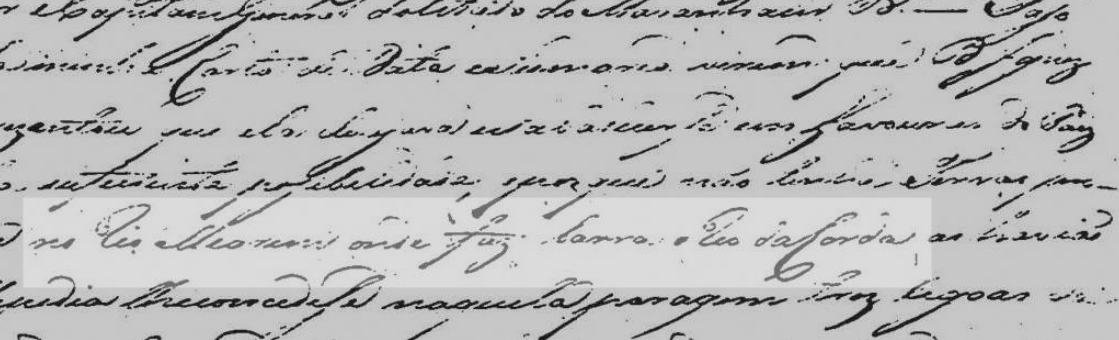
Em 24.

Frontispício do Requerimento de Anacleto Henriques Franco, datado de 1805.

Como Intermediário

Jorge Antonio Henriques

Re & H. M.



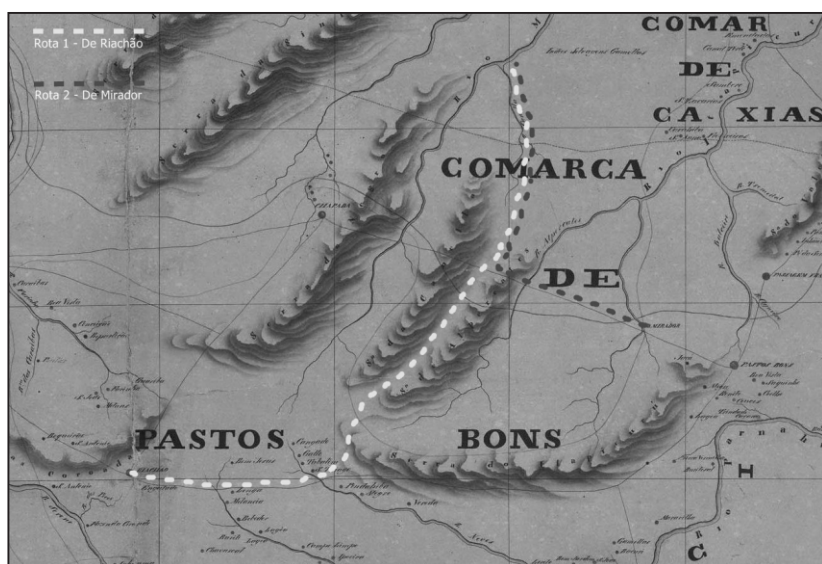
Detalhe do Requerimento de Inês Jacinta da Silva ao príncipe regente D. João, solicitando carta de confirmação de sesmaria na zona do rio Mearim, onde o rio da Corda faz barra, datado de 1805.

passado longínquo, tais como o REQUERIMENTO de Inês Jacinta da Silva ao príncipe regente D. João, solicitando carta de confirmação de sesmaria na zona do rio Mearim, onde o rio da Corda faz barra, com data de 21 de maio de 1805, e o REQUERIMENTO de Anacleto Henriques Franco ao príncipe regente D. João, solicitando carta de confirmação de sesmaria na forquilha do rio da Corda, na região do rio Mearim, de 3 de julho do mesmo ano.

Segundo Carlota Carvalho em “O Sertão”, 2ª ed., p. 101, “em 1831, Raimundo Maciel Parente, nascido no Baixo Mearim, subiu este rio levando muitos escravos africanos e fundou uma fazenda agrícola na confluência de um riacho que nominou Corda”. Esta informação, da qual ressalvo, por incorreta, a parte final, que atribui uma data recente à origem do topônimo “Corda”, dá-nos a perspectiva correta da fundação de Barra do Corda, isto é, a de que esse grande empreendimento não foi obra de somente duas mãos, de vez que Maciel Parente, que já se encontrava no lugar, desenvolvendo uma

rendosa cultura de algodão, “é um dos que ajudou o Sr. Manoel Rodrigues de Melo Uchoa na árdua tarefa do descobrimento e povoação do lugar da Barra do Corda” (A Nova Época, 14 de outubro de 1858, p. 4); também o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Maranhão, de 1859, p. 225, confirma: “Os fundadores e povoadores deste lugar foram Manuel Rodrigues de Melo Uchoa e Manuel Raimundo Maciel Parente”.

De que a efetiva instalação do povoado estivera a cargo de Melo Uchoa podemos verificar pelas solicitações que para esse fim requereu o então presidente da província, Francisco Bibiano de Castro, ao Diretor



Mapa de 1838 onde podemos traçar as duas possíveis rotas da penetração de Melo Uchoa rumo ao centro da Província, levando-se em conta as picadas abertas à época.

Geral dos índios, Diogo Lopes de Araújo Sales, em *O Publicador Oficial*, de 28 de junho de 1837, p.2:

“ — Tendo-se de estabelecer uma povoação na barra do Rio da Corda, sendo esta empresa dirigida pelo cidadão Manoel Rodrigues de Melo Uchoa; e convindo auxiliá-la por todos os meios possíveis, atentas às grandes utilidades que dela podem resultar; eu recomendo a V. S. que providencie convenientemente para que os índios submetidos à sua direção prestem os socorros que pelo mencionado cidadão Uchoa forem requisitados, para o fim de promover o aumento do estabelecimento por ele projetado, de modo, porém, que com isso não fiquem os índios absolutamente inabilitados de exercerem as suas principais ocupações, se as tiverem. Deus guarde a V. S. Maranhão, em 26 de maio de 1837”.

O *Correio Oficial*, de 5 de outubro de 1837, vol. 2, p. 314, reitera: “(...) Manoel Rodrigues de Melo Uchoa... projeta estabelecer uma povoação na foz do Rio da Corda, que deságua no Mearim”, e que “o Governo, da sua parte, auxiliou esta tão útil empresa mandando estacionar naquele lugar um pequeno destacamento de 1ª linha”, certamente para lhe servirem de guarnição contra uma possível

hostilidade indígena.

A *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* de 1959, Vol. XV, pág. 68, dá-nos uma sumária descrição da saga de Melo Uchoa até à fundação de Barra do Corda:

“Justamente nos anos que se seguiram à Independência, eram contínuas as sublevações, que Melo Uchoa, por desgosto de família, veio a ter em Riachão, neste Estado. Em suas viagens a São Luís fez ótimas relações de amizade, pela sua maneira educada e sincera, com cidadãos ilustres, entre os quais se destacava o cônego Machado. Orientado pelo cônego, seu íntimo amigo, foi aconselhado a que escolhesse um lugar entre a Chapada, hoje Grajaú, e Pastos Bons com o fim de intensificar a população, e, segundo outros, para fins políticos, certamente para evitar que os eleitores não percorressem grandes distâncias. Daí, a ideia de Melo Uchoa de viajar pelo sertão maranhense, isto em 1835. Imbuído de grande civismo, com todos os sacrifícios, inclusive da própria família, Melo Uchoa embrenha-se na mata, onde permanece por muito tempo sem dar notícias à família, acompanhado do seu escravo e, mais tarde, por alguns índios canelas, chamados ‘ma-

teiros'. Melo Uchoa certamente margeando o rio Corda até a sua embocadura, veio a ter ao local que escolheu para ser fundada a nova cidade. Deveras fez uma excelente escolha, atendendo não só às condições topográficas como às comodidades relativas ao suprimento de magnífica água potável e ainda com possibilidade de navegação fluvial até São Luís”.

Mais adiante, acrescenta que Melo Uchoa, “servindo-se de uma bússola, organizou um croqui topográfico em que se apreciavam os contornos da última curva do Corda e mais os acidentes locais. Mais tarde, levou esse croqui ao conhecimento do Presidente da Província que era então Antonio Pedro da Costa Ferreira, o que efetuou por intermédio de outro grande e prestimoso amigo, o Desembargador Vieira. Com estes acontecimentos teve início a fundação do atual município de Barra do Corda, em 1835”.

O BANDEIRANTE

Melo Uchoa chefiou muitas bandeiras em demanda do Alto Sertão maranhense, de que era grande conhecedor. Nos anos que se seguiram à fundação de Barra do Corda, teve de empregar terrível energia para lidar com “rebeldes” silvícolas que, em seus percursos

migratórios, invadiam terras que não mais lhes pertenciam. Em 18 de junho de 1854 o então presidente da província, Eduardo Olímpio Machado, recebeu um ofício do Cel. José Caetano Vaz Júnior, do termo de Codó, que em 1865 e entre 1878 e 1879 viria a presidir o Maranhão, pedindo-lhe providencias visto que sua fazenda já pela segunda vez era invadida pelos selvagens índios Mateiros e Gamelas. Em decorrência disso, Melo Uchoa é comissionado a chamar os ditos índios à paz, o que fez à frente de 15 praças, 30 paisanos e 15 índios civilizados, todos devidamente armados. É o que registra o *Publicador Maranhense*, de 29 de agosto de 1854:

“Desejando eu evitar novas correrias dos índios selvagens pelas fazendas do termo de Codó, resolvi nomear o cidadão Manoel Rodrigues de Melo Uchoa para com algumas praças de 1ª linha fazer uma entrada entre os mesmos índios”.

E o mesmo periódico, de 5 de setembro do mesmo ano, reitera:

“Tendo encarregado o cidadão Manoel Rodrigues de Melo Uchoa de proceder, na vila da Barra da Corda, à formação de uma bandeira, afim de fazer uma entrada das

cabeceiras do rio Codó, onde, segundo estou informado, habitam os índios Gamelas e Mateiros...”.

Melo Uchoa recebera ordens de agir com brandura e evitar por todos os meios o uso da força que poderia levar ao derramamento de sangue. Aos índios que mostrassem aptidão para o serviço do exército deveria ele enviá-los para a capital; às mulheres e crianças, distribuí-las nas aldeias das imediações de Barra do Corda ou entre lavradores de reconhecida moralidade da comarca do Alto Mearim, tudo isso documentado conforme as recomendações de Sua Majestade.

O PRECURSOR DO CUIDADO E PROTEÇÃO AO ÍNDIO

Para o governo os índios não passavam de intrusos hostis. Urgia pacificar as tribos, agregá-las em aldeamentos onde pudessem aprender o cultivo da terra e extração de seus recursos, como também empregá-los na abertura de estradas, enfim, mantê-los ocupados, sob controle. A fixação do índio na terra garantiria a segurança da propriedade privada, a ordem, enfim a paz. Tendo em vista esse mister, o governo resolveu estabelecer diretorias para os silvícolas e Melo Uchoa



foi nomeado o primeiro diretor, em 1854, tornando-se, assim, o precursor do cuidado e proteção ao índio. Sua área administrativa compreendia ambas as margens do rio Mearim, indo desde a embocadura do rio Flores até a do rio Enjeitado.

O CATEQUISTA

O *Publicador Maranhense*, de 5 de setembro de 1854, p.2, registra:

“Haja Vmc. de mandar pagar ao farmacêutico Matias José Fernandes do Rego a quantia de 17\$520 réis constante da conta junta, importância dos medicamentos que mandei fornecer a Manuel Rodrigues de Melo Uchoa para curativo dos índios selvagens, de cuja catequese se acha encarregado”. Grifo meu.

Não foi Melo Uchoa um catequista no sentido estrito do termo. Embora houvesse recebido credenciais do Clero, não lhe concernia, por exemplo, officiar aos silvícolas os sacramentos, o que estaria a cargo do *“missionário que para ali foi ultimamente nomeado”* (*Correio Oficial*, 5.out.1837, vol. 2, p. 314).

A catequese para a qual Uchoa fora encarregado pode estar relacionado tanto à introdução aos princípios elementares da fé cristã, como ao processo civilizatório propriamente dito, aquilo que na época era chamado de “domesticação”, como podemos depreender de *O Estandarte*, S. Luís, de 27 de outubro de 1853, p.2:

“O Sr. Luís José Henriques, com perigos e despesas suas, trouxe o sossego aos lavradores do Codó, domesticando os índios que os incomodavam; o velho Uchoa, catequizando no Rio da Corda os das aldeias

circunvizinhas, completou a tranquilidade dos habitantes de entre os rios Itapecuru e Mearim”.

O mesmo periódico, de 6 de julho de 1854, à pág. 3, dá-nos conta de que na capital da província achava-se Melo Uchoa “*com quem pôde o Governo tratar a entrada na aldeia—a lavoura do Codó—[para onde] está disposto a concorrer no intento de catequizar aqueles bárbaros, fazendo-os mudar daquele sítio, onde há objetos que os fazem com saudade recordar da vida selvagem, e mudando-os mais fácil será civilizá-los*”.

O TOPÓGRAFO

O *Publicador Maranhense*, de 14 de maio de 1845, alude a uma proposta de Melo Uchoa “*de abrir à sua custa uma estrada da barra do rio da Corda à Fazenda Pedreira de Alexandre Henriques Leal, que facilita consideravelmente o trânsito do gado que se dirige da Chapada a Caxias, exigindo ele que o Governo lhe preste um destacamento de dez praças, e que vós lhe assegureis uma indenização como recompensa de seus trabalhos, logo que for concluída a estrada*”. É mérito de Melo Uchoa, portanto, a abertura da primeira estrada entre Barra do Corda e Pedreiras, que contava com 240 quilômetros de comprimento e aproximadamente 365 ladeiras, a

qual por muitos anos serviu como caminho de boiadas.

Em conformidade com a resolução do presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado, em sessão de 12 de abril de 1856, Melo Uchoa é engajado como topógrafo dos lugares entre os rios Mearim e Grajaú, a fim de proceder ali a um ligeiro reconhecimento das terras devolutas e incumbido também do engajamento de índios da Barra da Corda para servirem de picadores e serventes nos trabalhos das medições, por se julgar o mais preparado para tal serviço, que tinha em vista escolher e demarcar territórios para o aldeamento dos indígenas ali existentes (vd. *Publicador Maranhense*, 15 de abril de 1856).

OUTRAS ATIVIDADES

Além de primeiro Diretor Parcial dos Índios, Melo Uchoa também exerceu outras funções, como a de Subdelegado do Distrito do Rio da Corda (*Almanak do Maranhão*—1848, p. 103); 5º Suplente de Delegado de Polícia, de 1860 a 1864 (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*—1859, p.221; 1860, p. 474; 1864, p.320); Comissário Vacinador (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*—1860, p. 475;) e, com a realização das primeiras eleições municipais, a 7 de setembro de 1856, é eleito vereador, o terceiro mais votado, assu-

mindando em janeiro de 1857. Galeno ainda registra que “durante o ano de 1859, Melo Uchoa, Tenente-Coronel da Guarda Nacional, vereador servindo de Juiz Municipal, preside as audiências do Termo, na ausência do titular da Justiça”. (*Barra do Corda na História do Maranhão*, p. 417).

DECADÊNCIA E MORTE

Como tantos que como ele se consagraram integralmente por sua terra e sua gente, Melo Uchoa também atraiu muitos inimigos. Depois de Militão Bandeira Barros, então líder em Grajaú, enumerado pelo Prof. Galeno Brandes em seu “*Barra do Corda na História do Maranhão*”, sob cuja influência e poder começa a amargar o declínio, nada lhe atingiu mais fundamentalmente que as sérias acusações a que foi vitimado, movidas por seu desafeto João Antônio da Silva, cearense e morador da vila de Barra do Corda, que a 1º de setembro de 1855, publica um artigo mordaz contra o fundador, no seguinte teor:

“Quanto melhor seria que esse Sr. vivesse no seio de sua família procurando, pelo trabalho, meios de subsistência, do que consentir que sua família mendigue pratos de farinha a quem passa pela estrada, para alimentar-se. Ora, Sr. Redator, se isto

acontece com as pessoas que lhe deviam ser mais caras, o que não sofrerão os índios Guajajaras, de quem é o Sr. Uchoa diretor? Eu, porém, direi o que tenho ouvido de pessoas fidedignas. S. Exc.^a o presidente da província mandou dar-lhe uma porção de armas de fogo para brindes de sua tribo, e não para brindar ao Sr. Diretor. Como lhe foram entregues, fez as vezes de bom procurador, vendeu uma parte delas a Manoel Joaquim Gomes, no Alto-Mearim, o que é público, e o mesmo comprador não negará. Talvez o Sr. Uchoa se persuada que os diretores têm direito de herdar dos índios que lhe estão sujeitos, mas inda assim haveria suas dúvidas se poderia ficar com as armas, porque ainda não tinham sido entregues a esses infelizes e foram vendidas antes de chegar S. Senhoria a Barra do Corda; no caso de dúvida, deveria consultar a um hábil advogado para não se ver ludibriado pelos jornais, isto é, se S. S. importa-se com essas cousas, que talvez lhe pareçam de bagatela; pobres índios!!! A 8 de julho de 1852, no lugar próximo ao Rodeador, distante desta vila seis léguas, foram os índios da tribo Guajajara atacados por José César de Miranda, genro do

diretor Uchoa, e por seu filho Tarquínio, por Fabrício José de Moraes e outros para entregar os seus filhos, e como os índios se opusessem, espancaram um, de nome Inácio, deram uma facada na mulher do capitão da aldeia, cortaram a orelha de outro, mataram um, e com esses feitos de armas conseguiram roubar-lhes quatro “curumins”. Em outra ocasião mataram dois índios Guajajaras porque um deles lhe dera uma flechada em cima do ombro, em virtude de ir este o espancando quando corria do filho do Sr. Uchoa, que lhe havia furtado sua mulher para amasia; e a tudo isso o diretor serra os olhos, e só através dos óculos enxerga as relações de parentesco que não existem, e processos imaginários, a que, diz ele, dei causa! Creio que o diretor perdeu o juízo. (...) O Sr. Uchoa tem vendido “curumins”, trocado por cavalos, feito pagamentos, enfim, se S. Exc.^a continuar a conservá-lo na diretoria, breve ficarão as aldeias desertas, porque o diretor, em lugar de aplicá-los ao trabalho, tira-lhe os filhos, consente que os maltratem, a ponto de os índios o considerarem mais inimigo do que diretor. Eis a razão porque fogem abandonando as suas cabanas” (Publicador

Maranhense, de 2 de outubro de 1855, p.3).

Tais acusações, no entanto, se provaram falaciosas, vez que entre as pessoas “fidedignas” avistadas pelo dito João Antônio da Silva, estava outro desafeto de Uchoa, o Cel. Frederico Augusto de Sousa, que concentrara grande parte de seus esforços na manipulação da opinião pública, através de atrozes calúnias em jornais, no intuito de denegrir a imagem do então diretor parcial dos índios Guajajaras de Barra do Corda, ambicionando substituí-lo no cargo. O que veio à tona quando caiu, presa de suas próprias palavras, numa descontraída entrevista:

“(...) porque quando guerreei ao Diretor Uchoa foi com vista de ser eu ou meu mano Máximo [Francisco Máximo] quem o substituísse” (O Conservador, S. Luís, 10.abr.1860, p.2).

Estes esclarecimentos, no entanto, vieram tarde. O *Diário do Maranhão*, de 29 de outubro de 1857, p.1, fez este registro:

“Governo da Província. Expedientes do dia 22. O Presidente da Província, conformando-se com a proposta do diretor geral

dos índios, resolve demitir a Manoel Rodrigues de Melo Uchoa do lugar de diretor parcial dos índios da Barra do Corda, e nomear para o mesmo lugar o cidadão João da Cunha Alcanfor”.

Vê-se, portanto, que o famigerado plano arquitetado pelo Cel. Frederico, para usurpar o cargo de Melo Uchoa, não logrou êxito. Conquanto o tempo se encarregasse de absolvê-lo das mordazes acusações de que fora vítima, não evitou, contudo, sua vertiginosa decadência.

O historiador Galeno Brandes assegura, reportando-se à Monografia dos Anos de 1930, que “o inolvidável fundador de Barra do Corda faleceu a 7 de setembro de 1861”. (*Barra do Corda na História do Maranhão*, p. 139). No entanto, visto que até 1864 Melo Uchoa ainda exercia a suplência da Delegacia de Polícia de Barra do Corda, conforme atesta o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, de 1865, esta hipótese é de todo descartada. A *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, de 1959, Vol. XV, p. 69, defende uma data que se nos afigura mais coerente, isto é, que o destemido fundador “faleceu paupérrimo, em Barra do Corda e, segundo consta, em 7 de setembro de 1866”, informação corroborada pela “*Monografia de Barra do Corda*”, da Coleção de Monografias nº 552, da Fundação IBGE, de 1973, p. 3.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CARVALHO, Carlota. *O Sertão*. Imperatriz: Ética, 2000.
- BRANDES, Galeno Edgar. *Barra do Corda na História do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1994.
- FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.
- LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. São Luís: s.n.t., 1981.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon, 1970.
- MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- MILHOMEM, Sidney. *Barra do Corda (Sua História)*. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Gráficas, 1985.
- PAULO, Mário Fernandes. *Barra do Corda - Coleção de Monografias nº 552*. Fundação IBGE, 1973.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Todos os esforços foram feitos para determinar o crédito das imagens publicadas neste livro. Nem sempre isso foi possível. Teremos prazer em creditar as fontes caso se manifestem.

Acervo do autor, 20

Biblioteca Nacional: Acervo Digital, 11, 12, 13, 14

Casa de Cultura Galeno Edgar Brandes (Melo Uchoa, retratado pelo artista barra-cordense Pedro Luz), 5



KISSYAN CASTRO nasceu em Barra do Corda, Maranhão, no dia 23 de dezembro de 1979. Desde cedo, levado por necessidades de ordem econômica, deixa sua província natal e se lança pelo mundo, incursionando no Pará, Brasília e Tocantins. Aí, aos vinte anos de idade, começa a produzir seus primeiros poemas. Junta-se a três jovens poetas e cria o grupo “Fênix”, resultando na publicação conjunta do livro “Sete Amores Em Um Só” (Palmas, 2002). No entanto, é com o livro “Vau do Jaboque” (Rio de Janeiro: CBJE, 2005) que se dá a sua estreia como poeta. Dois anos depois está em São Paulo, onde entra para a Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Paulista, filia-se a agremiações e ganha prêmios literários.

Após longo período de existência andarilha, volta à terra natal robustecido no aprendizado da vida e da poesia, para lançar-se a novos empreendimentos literários, de que é fruto “Bodas de Pedra” (Lisboa: Chiado, 2013), livro elogiado pela crítica, cujos “poemas, de sabor ameno, denunciam um artista que trabalha com a lupa engastada na órbita, não presumindo a menor aspereza na pedra preciosa em que os esculpe”, afirmou o jornalista Nonato Silva. Prefaciando

Bodas de Pedra, o poeta Nauro Machado confessa: “Foi, para mim, uma grande e grata surpresa a leitura desses poemas de Kissyan Castro, nome a já fazer parte dos melhores e mais autênticos poetas da nova geração maranhense”.

Pesquisador, reuniu a obra dispersa em verso de Maranhão Sobrinho, sob o título “Maranhão Sobrinho – Poesia Esparsa” (São Luís: 360°, 2015), obra que, segundo Jomar Moraes, “representa uma das mais significativas homenagens prestadas ao grande poeta de Papéis velhos... roídos pela traça do Símbolo”, mormente “a empenhada e perspicaz pesquisa que resultou na reunião de dados com os quais o organizador reconstruiu, documentadamente, uma quase história completa da aventureira e tumultuária *vita brevis* do bardo”. Publicou ainda “Rio Conjugal” (Imperatriz: Ética Editora, 2016) e “O Estreito de Éden” (São Paulo: Penalux, 2017)

Tem colaborado com crônicas, poemas e haikais em vários sites e revistas eletrônicas, entre as quais *Recanto das Letras*, *Caqui*, *Germina*, *Mallarmargens* e *Portal de Poesia Ibero-Americana*, de Antonio Miranda. Participou ainda das antologias “*Caleidoscópio*” (São Paulo: Andross, 2006), “*Antologia de Poetas Brasileiros Contemporâneos*” (Rio de Janeiro: CBJE, 2011), “*Os 50 Melhores Sonetos do Ano*” (Academia Jacarehyense de Letras, 2012) e “*Antologia de Poesia Brasileira Contemporânea – Além da Terra Além do Céu*” (São Paulo: Chiado, 2017). Atualmente Kissyan colabora no site www.barradocorda.com, é funcionário público e membro efetivo da Academia Barra-Cordense de Letras.

E-mail: kissyancastro35@gmail.com

